

# Amor e ciúme



» JOSÉ SARNEY  
Ex-presidente da República, escritor e imortal da Academia Brasileira de Letras

A violência representa um dos maiores problemas da sociedade contemporânea. Paradoxalmente ela esteve, por motivos de sobrevivência, entre as três necessidades básicas fundamentais do gênero humano, cujo controle lhe assegurou a condição de espécie mais dominante na face da Terra e de sua controladora — tudo no projeto de Deus.

O homem, inclua-se a mulher, como deve ser a forma correta de tratamento, sempre precisaram, para sobreviver, de alimentação, segurança e vestuário. A primeira para sobrevivência física; a segunda, segurança, está ligada à primeira, para escapar dos predadores; e a terceira para poder adaptar-se ao clima, aos rigores do frio e do calor.

O instinto violento do homem fez dele, segundo Lévy Straus, além de um ser predador, o maior poluidor. Mas, hoje, a sua necessidade de segurança, uma daquelas três preocupações básicas do homem primitivo, evoluiu a novo patamar: a ameaça não é somente a individual, como também a global, com a possibilidade de destruição nuclear e a internacionalização do crime com suas conexões com as drogas e a utilização do conhecimento e da ciência para sua mundialização.

Mas o que desejo abordar é sem dúvida um fenômeno novo: a vulgarização da tragédia do crime

desprezível da violência contra a mulher. Já não podemos assistir à televisão nem ler jornais e revistas, de qualquer mídia, sem que a predominância seja a dos crimes e tratamentos mais hediondos contra o gênero feminino. Esses fatos vêm num crescendo que está merecendo, em todas as partes da Terra, revolta e protestos fortes que motivem não somente mulheres, mas também todos os homens, pois esses foram destinados a compartilhar a felicidade da igualdade com a mulher, fazendo parte um da vida do outro, igualmente responsáveis por dar continuidade à espécie humana. É inaceitável que a ameaça à sobrevivência das mulheres venha do próprio homem.

Acredito que, se a ciência, em todos os seus domínios, foi capaz de chegar às profundezas do micromundos dos átomos e até das naves espaciais e de nossa presença no Universo, tendo por marco inicial o homem na Lua, pode e deve também se debruçar sobre o sentimento humano para transformá-lo, pesquisando-se a raiz e os fatores dessa violência, o que está desencadeando essa tragédia de nossos dias. Não se pode excluir dessa busca o fracasso dos métodos atuais, a responsabilidade dos governos, já que eles foram constituídos e instituídos para conjurar os problemas, entre eles o da violência. Isso não pode ser feito sem uma cooperação efetiva de todos os segmentos da sociedade; e, em nosso caso, sem os diversos setores da União, dos estados e municípios, dos Poderes constituídos, Executivo, Legislativo e Judiciário — mas, infelizmente, o que testemunhamos nos últimos dias, em vez de cooperação, foi o mais condenável exemplo de falha na conduta de alguns membros desses Poderes.

Outros motivos estão à vista: a dolorosa desigualdade social, que faz com que sejam mulheres negras

e de pouca idade a maior parte das vítimas dessas mãos assassinas, numa cruel mistura de misoginia, racismo e desigualdade social.

Outras causas subjetivas também nos dão uma pista. Elas vêm da literatura. Shakespeare, na sua genial construção da tragédia no seu teatro, oferece-nos um exemplo do amor deformado pelo ciúme — que sempre esteve associado ao amor doentio que rapidamente descamba para violência. É o exemplo de “Otelô, o Mouro de Veneza”, em que sua esposa, Desdêmona, é vítima do seu amor e do ciúme do marido, dominado por intrigas de Iago, que, por revanche, cria uma teia de mentiras e intriga convencendo Otelô de que a esposa o traía, num romance que não existia. Ele, Otelô, mata Desdêmona, asfixiando-a, e, depois, quando descobre que não era verdadeira a traição, mata-se. A tragédia de Otelô desdobra-se genialmente com muitas nuances, mas traz também, como toda literatura genial, a oportunidade de refletirmos sobre a verdade, a mentira e suas consequências destrutivas. Esse dilema se repete na internet, com a divulgação de tantas mentiras — como fez Iago —, multiplicando-se os riscos de violência. E terminamos por não saber o que é verdade e o que é mentira. E quanto perigo há nisso!

Eu também me sinto violentado por essa violência. Recuso-me a absorver o relato completo desses fatos repugnantes. Sou forçado a tomar conhecimento desses crimes, mas me perturbam o sono e o viver.

Minha solidariedade a todas as mulheres que sofreram e sofrem nessa tragédia do nosso tempo.

Se a internet e a Igreja moderna exorcizaram o diabo, eis que ele ressurgiu na figura desses monstros: assassinos, espancadores e violentadores de mulheres.

## Feminicídios: quando o medo mora em casa



» PAULA BELMONTE  
Deputada distrital, segunda vice-presidente e procuradora Especial da Mulher da Câmara Legislativa do DF

Escrevo este texto com as palavras que inundaram meus pensamentos no caminho de volta para casa naquela quinta-feira. Parada no Eixo Monumental, à espera do sinal abrir, vi o reflexo das luzes do trânsito se misturar ao pôr do sol. À minha frente, o Palácio do Buriti; atrás, a pressa de quem só quer chegar em casa. No meio dos carros, uma jovem mãe se aproximou vendendo paçocas. “Boa noite! Leva uma paçoca para me ajudar com o leite da minha filha”, ofereceu-me com a voz mansa. Carregava no peito uma recém-nascida linda, dormindo tranquila, envolta num pano gasto, como um filhote de canguru abrigado no corpo da mãe. Quando nossos olhares se cruzaram, notei a mancha arroxeadada no olho direito da mulher. Perguntei se estava tudo bem. Correndo contra o tempo, contra o sinal que podia abrir a qualquer momento e os carros que ainda poderiam lhe render uma venda, ela me respondeu que sim. Entregou-me um papel que explicava o porquê dela estar ali, um número de telefone e uma chave Pix. Guardei todas aquelas informações junto com uma sensação incômoda: a certeza de que não estava tudo bem.

A imagem daquela mulher me acompanhou em todo o caminho de volta para casa. Foi então que tomei nota da urgência de encaminhar a situação às redes de proteção competentes. O que, de fato, estava por trás do olho roxo? Eu ainda não tinha respostas para os meus questionamentos. Mas era como se o olhar daquela jovem, mesmo silencioso, dissesse o que as estatísticas tentam traduzir.

Dezembro começou com notícias angustiantes. Mesmo antes do fim do ano, o Distrito Federal já contabiliza 26 feminicídios em 2025, número que ultrapassa todo o registrado em 2024, quando 22 mulheres tiveram sua vida interrompida por esse crime. Atrás dos números, permanece a urgência de um olhar humano e sensível diante dessa trágica realidade.

O caso mais recente ocorreu em 5 de dezembro, quando um soldado esfaqueou a cabo Maria de Lourdes Freire Matos, 25 anos, e incendiou as instalações do quartel do Exército em que a vítima se encontrava.

Camila, Pâmella, Cheryla, Telma, Raquel, Liliâne, Vanessa, Valdete, Elane, Marcela, Dayane, Maria José, Ana Rosa, Gessica, Allany também não estão mais aqui. Mães, esposas, filhas, mulheres. Uma união de substantivos femininos marcada por um sentimento diário: o medo. O medo de não voltar para casa. De não serem acreditadas. O medo de deixar o agressor e não saber o que a vida lhes reserva. Um medo que confunde amor com controle, cuidado com posse.

A violência contra a mulher começa muito antes do feminicídio. Começa nas palavras que ferem, nas ameaças que aprisionam e não escolhe idade, profissão ou endereço. Assusta-me saber que o lar, espaço onde deveríamos nos sentir seguras, tornou-se — o principal cenário das agressões. Segundo o Monitoramento de Feminicídios no Distrito Federal, painel mantido pela Secretaria de Segurança Pública (SSP-DF), o feminicídio acontece principalmente dentro de casa, com o uso de arma branca e motivado por ciúmes. É nesse ambiente, onde se espera afeto e cuidado, que muitas mulheres enfrentam a incerteza do amanhã.

Neste ano, de acordo com a SSP, o DF também registrou 1,8 mil ocorrências de descumprimento de medidas protetivas de urgência previstas na Lei Maria da Penha. São mulheres que acreditaram na justiça, mas continuam desprotegidas.

Como procuradora Especial da Mulher e mãe, é impossível olhar esses números sem sentir o peso do que eles significam. Nenhuma de nós deveria temer o próprio lar. Nenhuma deveria escolher entre a sobrevivência e a liberdade. Penso nas mães que perderam suas filhas, nos filhos que vão crescer sem suas mães e na herança invisível que o feminicídio deixa: o trauma, o silêncio e a ausência.

Não podemos naturalizar o medo, nem permitir que o feminicídio e a violência doméstica continuem a ser estatística. Esse é um chamado à responsabilidade coletiva. Precisamos de políticas públicas eficazes e de uma sociedade vigilante. As vítimas podem estar mais próximas do que imaginamos, seja na família, seja no trabalho, seja na vizinhança, na faculdade, seja na academia, seja no semáforo de volta para casa.

Todas as mulheres merecem viver com segurança, dignidade e respeito. Sigamos unindo forças na luta contra a violência de gênero.



## ONU moderna: como o Brasil pode contribuir para soluções globais



» NASSER ZAKR  
Advogado especializado em direito internacional e direitos humanos, com carreira na ONU, atuando em missões de paz e mediação diplomática

Desde a sua criação em 1945, as Nações Unidas consolidaram-se como o principal fórum de cooperação internacional, promovendo paz, segurança, desenvolvimento sustentável e direitos humanos. Ao longo de oito décadas, a organização atuou em crises globais, mediação de conflitos e promoção de agendas humanitárias. Contudo, a dinâmica mundial mudou profundamente, com a multiplicação de atores geopolíticos, crises ambientais e sanitárias, tecnologias disruptivas e novos padrões de interdependência. A ONU precisa modernizar-se para acompanhar essa realidade, tornando-se mais ágil, representativa e capaz de responder de forma efetiva a desafios emergentes.

Os efeitos da mudança climática, a instabilidade regional e a vulnerabilidade de sistemas sanitários demonstraram a urgência de uma governança internacional capaz de agir com rapidez e autoridade moral. A pandemia de covid-19 reforçou que nenhum país isoladamente consegue enfrentar crises globais.

A cooperação continua essencial, mas requer mecanismos mais flexíveis, descentralizados e inclusivos, compatíveis com a pluralidade de vozes e realidades políticas do século 21.

Apesar da relevância da ONU, suas estruturas ainda refletem a geopolítica do pós-guerra. O Conselho de Segurança permanece limitado à hegemonia das cinco potências permanentes com poder de veto, o que frequentemente paralisa decisões urgentes. Ademais, a burocratização interna resulta em respostas tardias a emergências humanitárias e sanitárias. Países emergentes seguem sub-representados em decisões estratégicas que impactam diretamente seus contextos regionais, limitando a eficácia global da organização.

O Brasil tem sólida tradição de diplomacia multilateral e participação ativa em missões de paz e ações internacionais das Nações Unidas, como no Haiti (Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti — Minustah) e no Líbano (Força Interina das Nações Unidas no Líbano — Unifil), onde forças brasileiras contribuíram para a estabilização e reconstrução institucional. O país também exerce papel relevante em negociação diplomática, promoção de direitos humanos e defesa do desenvolvimento sustentável — áreas em que pode ampliar sua contribuição em uma ONU modernizada. Sua experiência demonstra que países em desenvolvimento podem oferecer soluções criativas e operacionais, fortalecendo a governança global.

Nesse sentido, algumas reformas fortaleceriam a

ONU e ampliariam a capacidade do Brasil de participar efetivamente: ampliar a representatividade no Conselho de Segurança, incorporando países emergentes como membros permanentes ou rotativos com maior poder decisório; estabelecer mecanismos técnicos e ágeis de resposta rápida a crises humanitárias e ambientais; e fortalecer agências especializadas, como a Organização Mundial da Saúde (OMS) e o Programa Alimentar Mundial (PAM), promovendo maior integração científica, tecnológica e operacional entre Estados-membros. Tais medidas permitiriam respostas mais coordenadas e eficientes, beneficiando comunidades afetadas e consolidando a autoridade moral da organização.

Essas iniciativas reforçariam a legitimidade e a eficácia da ONU, promovendo uma governança global mais responsável e ajustada à complexidade contemporânea. Modernizar a organização é imperativo estratégico. Para o Brasil, representa a oportunidade de participar de forma mais direta na formulação de políticas globais e consolidar sua posição como liderança regional e voz de países em desenvolvimento.

Uma Organização das Nações Unidas mais democrática e funcional dependerá não apenas da reforma estrutural, mas da disposição de seus Estados-membros em cooperar com boa-fé e visão de futuro. Países como o Brasil, com tradição equilibrada e respeitada no campo diplomático, têm condições de contribuir para um sistema internacional mais justo, inclusivo e capaz de enfrentar os desafios do século 21.